

JURACY ANDRADE

João XXIII, ou a Igreja que muda

NUNCA, NOS TEMPOS MODERNOS, um Papa despertou uma tal onda de simpatia, como aconteceu com João XXIII, o Papa recém-falecido. Tem-se a impressão de que se volta aos tempos mais obscuros, mas também mais religiosos e menos políticos, da Igreja Católica, quando o bispo de Roma era olhado e sentido muito mais como o pai da sua comunidade e o pastor do seu rebanho do que como um soberano ou um grande chefe político.

O edito de Milão (313 d. C.), do imperador Constantino, veio comprometer e estragar essa situação autenticamente religiosa. A religião cristã deixou de ser (praticamente) a religião universal que era na intenção e na pregação de Jesus Cristo, para ser a religião do Império Romano, depois a religião dos francos, da Europa, do Ocidente... Os governantes acharam-se com pleno direito de interferir nas questões religiosas (e, frequentemente, eram para tal solicitados pelas autoridades da Igreja), e os papas e autoridades religiosas acharam-se igualmente com direito de dar palpites e de interferir nas questões políticas e profanas. Essa situação dúbia e ambígua perdura até os nossos dias, mas somos autorizados a acreditar numa mudança ou no co-

mêço de uma mudança, não somente pelas palavras de João XXIII mas, sobretudo, pelas suas atitudes. É o que pretendemos estudar neste trabalho.

Entre as muitas declarações sinceras ou hipócritas, desprenvenidas ou tendenciosas, que se seguiram à morte do papa, tomemos uma, sintomática da reação de certos setores diante desse esboço de mudança. No *Jornal do Commercio*, do Recife, de 6 de junho de 1963, um colunista que se assina L.T.P. escreve, entre outras coisas, o seguinte: "Quando os futuros historiadores analisarem a vida da Igreja em nossos dias, porém estudando-a sem a influência das paixões hoje em choque, chegarão provavelmente à conclusão de que João XXIII tornou-se vítima de sua própria bondade. ...os comunistas adotaram nos últimos tempos uma nova tática em relação ao Papado, exaltando cada pronunciamento do Sumo Pontífice em prol da paz... Essa tática, contudo, não foi adotada ao acaso e tem o precioso objetivo de confundir os espíritos, criando a impressão de que Roma e Moscou têm agora os mesmos fins em vista... Para a exploração comunista contribuiu também o fato de que o falecido Pontífice, levado por sua natural bondade a julgar os outros

por si mesmo, confiando em qualquer aparência de boa vontade, tomou atitudes de cujo acêrto se pode discutir, como a audiência de Alexei Adjubei, da qual os comunistas italianos se beneficiaram extraordinariamente, conseguindo 26 novas cadeiras na Câmara dos Deputados, nas eleições de 28 e 29 de abril... Antes que tal situação atingisse limites imprevisíveis, Deus julgou oportuno chamar a si o seu servo e dar-lhe a recompensa..." (1) Como estamos vendo, é um pito *post mortem* em regra que o L.T.P. passa no falecido Papa, chega a achar a sua morte oportuna e como que um castigo, camuflado de recompensa, pelas suas trelas, sobretudo por não haver levado em consideração as conveniências eleitorais da *Democrazia Cristiana*. Insurge-se sobretudo o nosso colunista contra as atitudes de abertura, de fraternidade, tomadas por João XXIII, como a audiência concedida ao genro e à filha de Krushev, as negociações diplomáticas com países do mundo comunista.

Os setores que se insurgiram aberta ou veladamente contra os atos de paz e fraternidade de João XXIII foram justamente aquêles que desejam que a Igreja já continui embrenhada nas intrigas políticas, na guerra fria, na defesa da "civilização ocidental". Não se trata, não é minha intenção neste trabalho, de mostrar que o Papa deve deixar a direita e passar para a esquerda, nem que João XXIII tenha feito isto. Se estou exaltando o fato do Papa ter agido apoliticamente, não posso valorar e estudar a sua obra em termos políticos. Direita e esquerda são posições políticas. Seria inverídico e talvez mesmo hipócrita dizer-se que João XXIII to-

mou uma posição *de esquerda* quando recebeu em audiência privada o snr. Alexei Adjubei e espôsa, e tomou uma posição *de direita* quando recebeu Sua Majestade Britânica ou outra qualquer personalidade ocidental. Seria o mesmo que responsabilizar o Papa pelas vitórias do Partido Comunista Italiano nas eleições de abril último, como se o papel do Papa fôsse o de ser cabo eleitoral da *Democrazia Cristiana* ou mosqueteiro contra o comunismo. Mais sincero seria, no caso, reconhecer os fracassos e o esvaziamento de um partido político italiano, político como qualquer outro, que acontece ter se enfeitado com o apelido de *cristão*, para comprometer consigo a Igreja e a religião, na defesa dos privilégios das classes dominantes, no velho estilo. Ora, João XXIII, embora em muitos pontos ainda estivesse preso aos esquemas do passado, pois é difícil romper de vez com tradições multisseculares, iniciou um movimento de desmascaramento dêste e de muitos outros vigarismos. Julgando ser isto não um movimento de autenticidade religiosa e eclesial, mas uma atitude individual de João XXIII, homem de origem camponesa e ex-sargento do exército italiano, muitos se regozijaram com o seu desaparecimento: "Antes que tal situação atingisse limites imprevisíveis, Deus julgou oportuno chamar a si o seu servo..." (1).

Como dizia no comêço, não são os escritos de João XXIII, sobretudo as suas encíclicas de mais ampla repercussão, que indicam êsse esbôço de mudança. As suas encíclicas são documentos, no

estilo e no conteúdo, tradicionais, apenas aqui e ali matizando ou reforçando um pouco mais certas posições dos seus precededores, de Leão XIII para cá. Algumas passagens dessas encíclicas contêm posições mais novas e mais abertas, dessas eu cito algumas mais adiante.

Na *Mater et Magistra*, datada de 15 de maio de 1961, João XXIII recorda as encíclicas anteriores que trataram de assuntos econômico-sociais, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, e ainda a rádio-mensagem de Pio XII, de 1.º de junho de 1941. Mantém as mesmas posições de defesa da prioridade da iniciativa privada e do papel suplementar do Estado, ampliando por outro lado a crítica às injustiças econômico-sociais existentes no plano das nações e no plano mundial e a condenação da corrida armamentista. Propõe uma participação equitativa nas riquezas, a generalização e a democratização do tão falado direito de propriedade. As diretrizes da encíclica estão, em geral, numa linha reformista e neo-capitalista.

Aliás é muito discutível a chamada doutrina social da Igreja (não porque está numa linha neo-capitalista, mas em qualquer linha que esteja). A doutrina específica da Igreja é uma doutrina religiosa. A Igreja pode e deve dar diretrizes religiosas e morais para o comportamento dos cristãos face aos problemas do mundo, sociais inclusive, diretrizes, friso, especificamente religiosas. Isso não chega a constituir uma doutrina social nem é papel da Igreja criar sistemas sociais, nem doutrinas sociais, econômicas ou políticas.

Destacamos na *Mater et Magistra* o seguinte trecho, que reconhece e mos-

tra simpatia pelo fenômeno universal da socialização: “A socialização é também fruto e expressão da tendência natural, dificilmente controlável, pela qual os homens se reúnem espontaneamente em sociedade ao tratar-se da obtenção dos bens que desejam e que superam a capacidade dos indivíduos em particular. Em virtude dessa tendência, sobretudo nos últimos tempos, surgiram em tôda parte grupos, associações e institutos com fins econômicos e sociais, culturais e recreativos, esportivos, profissionais e políticos, tanto no plano estritamente nacional como no plano mundial. Ninguém põe em dúvida que dêsse desenvolvimento da socialização decorrem grandes vantagens. Com efeito, torna viável a satisfação de muitos direitos da pessoa, sobretudo nas questões econômico-sociais, como principalmente os referentes ao sustento da vida, ao tratamento da saúde, à elevação do nível cultural, à formação profissional mais adequada, à habitação, ao trabalho, a um repouso conveniente e a uma honesta recreação. Além disso, a organização cada vez mais perfeita dos meios modernos de difusão do pensamento — como a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão — permite aos homens, em qualquer parte do mundo, estarem como que presentes aos acontecimentos, embora separados por grandes distâncias” (2). Por outro lado a encíclica mantém a concepção tradicional de que o socialismo é uma distorção. Mas da mesma maneira que a Igreja repudiou e depois aceitou a democracia, repudiou e depois aceitou a república, terminará por aceitar o socialismo. O texto acima citado já é uma abertura.

Finalmente a encíclica *Pacem in Ter-*

ris, datada de 11 de abril de 1963, dedica-se sobretudo ao problema da paz e da convivência fraterna entre os povos, às relações entre os homens, entre os homens e os poderes públicos, entre os Estados e, por fim, à comunidade mundial. Contém a condenação peremptória do racismo, do colonialismo, da corrida armamentista, do imperialismo, da discriminação entre classes sociais por parte dos poderes públicos, das restrições à liberdade. Destacamos o seguinte: "... cumpre não identificar falsas idéias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem, com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nessas idéias filosóficas a sua origem e inspiração. A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, mas um movimento, mergulhado como está em situações históricas em contínuo devir, não pode deixar de lhes sofrer o influxo e, portanto, é suscetível de alterações profundas. De resto, quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos dignos de aprovação? Pode, por conseguinte, acontecer que encontros de ordem prática, considerados até agora inúteis para ambos os lados, sejam hoje ou possam vir a ser amanhã verdadeiramente frutuosos." (3).

Muito mais do que as encíclicas de João XXIII, os seus atos, sobretudo a convocação do concílio ecumênico, indicam uma mudança na linha seguida pelos últimos Papas e na tradicional atitude da Igreja de pôr o seu prestígio a favor de uma política e de não respei-

tar a distinção feita por Jesus Cristo entre o sacro e o profano.

A convocação de um concílio, ou outra maneira qualquer de promover reformas, tornava-se cada dia mais urgente, devido à quantidade de problemas pendentes que se acumulavam sem solução. As tensões dentro da Igreja, por causa desses problemas, cresciam dia a dia, uns católicos acusando os outros de heresia, outros abandonando a Igreja, as autoridades romanas exigindo rigidamente a manutenção de leis e cânones impossíveis. Destacava-se sobretudo a questão da liturgia, intimamente ligada ao culto divino, aos sacramentos, à Missa, à pregação. Era impossível continuar apresentando aos fiéis cerimônias arcaicas e esotéricas, acompanhadas de uma língua morta e sem nenhuma ligação com a realidade do nosso tempo e dos nossos países. Já desde o século passado começara o movimento litúrgico, pela renovação da liturgia, na França e na Alemanha, mas em muitos meios este movimento adquirira um caráter puramente arqueológico. Onde adquiriu caráter mais vital e mais engajado, exigindo mudanças inadiáveis, foi barrado pela rigidez do Direito Canônico e pela incompreensão das autoridades romanas.

Muitos outros problemas de ordem estritamente religiosa se apresentavam ao Papa, e João XXIII convocando o concílio Vaticano II, mostrou que queria dedicar-se à solução das questões religiosas que permaneciam sem solução enquanto se cuidava de questões políticas e profanas.

Outro aspecto novo e também especificamente religioso é o fato do Papa

haver convocado para o concílio, como observadores, representantes de confissões cristãs não ligadas a Roma. O fato da divisão do cristianismo é dos mais graves e lamentáveis e foi causado direta e principalmente por motivos políticos e não doutrinários, consequência da mistura e confusão do sacro e do profano.

O concílio ainda não terminou. Suspenso com a morte de João XXIII, será novamente convocado conforme deliberação do novo Papa. Mas o fato de ter sido convocado, o fato de ter sido convocado com representantes não católicos, o fato de João XXIII ter-se engajado pessoalmente na solução dos grandes problemas religiosos que se apresentam à Igreja na nossa época, é um indício de que a Igreja começa a concentrar-se no seu campo específico, no campo do sacro, do religioso. E não somente a Igreja quer concentrar-se no seu campo próprio, mas quer renovar e libertar a religião da letra morta e sem sentido de cânones superados.

Outra atitude do falecido Papa e que merece registro é o esforço de estabelecer relações normais com os países do mundo comunista e socialista. João XXIII iniciou auspiciosamente esse esforço entabulando negociações com a União Soviética, com a Hungria e com a Polônia, com a finalidade inicial de resolver questões do interesse tanto da Igreja quanto destes países, mas também com o objetivo muito mais vasto e mais completo de manter no futuro relações amistosas com os governos respectivos. Tratava-se, nesses primeiros contactos, sobretudo da libertação de prisioneiros, principalmente bispos como o cardinal Mindszenty, da Hungria.

São questões delicadas e que exigem, de parte a parte, largueza, tolerância e compreensão. Por exemplo, a acusação feita contra inúmeros bispos, padres e leigos, de colaboração com os nazistas durante a última guerra, é uma acusação que, em muitos casos, tem fundamento. Tomemos o caso da França (“democrática, ocidental e cristã”): em 1945, depois da libertação, exigia-se o afastamento de nada menos de 33 bispos. O falecido Papa, que naquela época era núncio apostólico em Paris, tratou longamente do caso com o governo francês, chegando-se finalmente à conclusão de que apenas três bispos seriam afastados. Compreende-se que governos comunistas, e que não tinham para dialogar um homem como o cardinal Roncalli, e que eram abertamente hostilizados pela Igreja, tenham agido com mais rigor e menos consideração. E note-se que não foram processados e encarcerados apenas bispos católicos, muitos ex-combatentes da resistência e até membros do Partido Comunista sofreram essas penas.

Essa atitude de João XXIII, de diálogo com o mundo comunista e socialista, é de suma importância e está na linha de mudança de que falamos. Jesus Cristo mandou que seus apóstolos pregassem a Boa Nova a todos os povos, por toda a terra (4) e não consta que, nem mesmo os copistas mais distraídos hajam acrescentado em algum manuscrito: “menos aos povos dos países comunistas e socialistas”. O diálogo e a abertura, iniciados por João XXIII, estão bem dentro da missão apostólica do Papa e da Igreja, e só constituem novidade e motivo de escândalo para os que se obstinam em ver na Igreja e na

religião católica uma superestrutura ou uma escora do mundo capitalista.

Ora, a missão da Igreja não é sustentar nem escorar mundo nenhum, nem capitalista nem socialista, nem ocidental, nem oriental, nem branco, nem preto, nem amarelo. A missão da Igreja é pregar o Evangelho a todos os povos, por tôda a terra, conforme mandato expresso de Jesus Cristo (4). Recusar o diálogo e as relações com os países comunistas, por causa de melindres e susceptibilidades políticas e "ocidentais", é trair o Cristo, é trocar o amor que êle pregou pelo ódio gerado pelas intrigas políticas.

Quando Jesus Cristo deixou bem claro, pelo seu procedimento e pelas suas declarações, que sua missão não era libertar politicamente Israel do jugo do imperialismo romano, e sim fundar um Reino espiritual e extraterreno, embora incarnado e visível na sua Igreja, êle estabeleceu um ponto essencial da sua religião. A declaração mais clara e peremptória de Jesus é a que registra o evangelho de São João, no capítulo 18, versículo 36: "O meu Reino não é deste mundo. Se o meu Reino fôsse dêste mundo os meus servidores teriam combatido para que Eu não fôsse entregue aos judeus. Mas o meu Reino não é daqui" (5). Aí Jesus Cristo declara, sem subterfúgios e distinções escolásticas, que o seu Reino, o Reino cujo advento êle pregava, é de caráter extraterreno e que não pode portanto ser defendido por espadas, por armas, pela força bruta, pela coação. !!!?

Ao longo de tôda a história do

cristianismo viram-se padres, bispos, Papas e simples cristãos, empunharem a espada, usarem as fogueiras e, mais recentemente, apelarem para a indústria bélica ocidental, no afã de defenderem o Reino de Deus. Histórica e multissecular ironia. Ironia tanto maior e mais trágica quando constatamos que, na maioria dos casos, não é o Reino de Cristo que pretensamente defendem, mas posições e situações profanas e temporais, privilégios pessoais.

A distinção entre o domínio do sacro e o domínio do profano data do advento e da pregação de Jesus Cristo. Os antigos — hindus, egípcios, povos semitas, etc. — não faziam grande diferença entre filosofia, religião e política. Os conceitos filosóficos misturavam-se aos religiosos e a expansão do domínio político era a expansão da religião. Para os israelitas Deus era o seu rei, a lei de Moisés era o seu código religioso e civil, seu ideal religioso e patriótico era dilatar as fronteiras do Reino de Deus, esmagando os idólatras. Por isso Jesus Cristo encontrou tanta dificuldade na sua pregação do Reino de Deus, que êles só entendiam no sentido político e religioso ao mesmo tempo, e Cristo pregava no sentido puramente religioso.

Essa mistura e confusão entre a religião e o Estado, entre o sacro e o profano, trouxe sempre graves inconvenientes: duplicidade de poderes, mútua corrupção, a aberração de obrigar o povo, pela força, a seguir essa ou aquela religião, etc.

Durante a lenta decadência de Israel, após Davi, e depois da sua destruição como país, com o exílio e a dispersão, a concepção religiosa dos hebreus foi-se purificando e foi-se preparando a con-

"puro modo eterno e atemporal de encarar a vida terrena, que é, na realidade, a coisa mais sagrada"

cepção religiosa de Jesus Cristo e do Nôvo Testamento, concepção religiosa pura, sem mistura de política, com plena distinção entre o político e o religioso, entre o profano e o sacro. Pouco a pouco, numa lenta mas constante evolução, os profetas e homens religiosos de Israel foram se convencendo dos inconvenientes da mistura e da confusão entre a religião e o Estado e o povo de Israel, e formando uma nova mentalidade religiosa, inédita para a época, de um Israel espiritual, de uma religião de Javé universal e não prêsca e restrita ao povo hebreu, a Jerusalém, ao Templo.

A mensagem de Cristo representa um grande progresso e uma grande purificação no conceito antigo de religião. Pela primeira vez na história um profeta, um fundador de religião, se propunha pregar uma religião universal e levava essa pregação às suas últimas conseqüências. Os profetas mais avançados, como Isaías, apesar de vislumbrarem o caráter universal da religião do futuro, ainda estão cheios de nacionalismo religioso. Amós, Oséias, Isaías, em várias passagens, já têm bastante clareza quanto ao universalismo e ao caráter religioso, sacral, apolítico, da religião e do culto de Javé, mas nenhum levou a pregação universalista às últimas conseqüências práticas.

Temos expressamente nos textos sacros do Nôvo Testamento uma religião universalista e espiritual que, conforme a pregação do seu fundador e a sua primitiva tendência e impulso, deveria incarnar-se em tôdas as culturas, em todos os povos, em tôdas as línguas, em todos os países, e não formar civilizações ou impor civilizações. Nos textos bíblicos estão bem definidos os campos

do sacro e do profano. A Deus o que é de Deus, a César o que é de César (6). O Reino de Cristo não é dêste mundo (5). A Igreja e a Cidade são soberanas, cada uma no seu domínio, conforme a célebre expressão de Leão XIII: "utraque est in suo genere maxima" (7).

O imperador Constantino inaugurou, com o edito de Milão, a longa série, ainda não terminada, dos regimes que se servem da Igreja sob o pretexto de servi-la. Foi instaurado então o clericalismo político ou a política clerical, que até hoje se mantém firme e impávida, tendo evoluído em certos setores do clero para um autêntico gorilismo clerical. Daí em diante os interêsses, mesmo profanos, do clero serão defendidos em nome de Cristo, e na sua defesa serão usados todos os meios de que dispõem as classes sociais dominantes. O ideal de encarnação e de engajamento da Igreja no mundo será abandonado por um ideal de tomada de posse do mundo, do profano, pela Igreja, e de colocação desta como sustentáculo da ordem mundana e profana. Só mesmo com muita sutileza metafísica e muitas distinções escolásticas, poderão ser distinguidas, daí em diante, a ordem sacral e a ordem profana, os regimes pseudo-cristãos e a Igreja estão emaranhados.

Praticamente a Igreja só se tem desenvolvido e criado raízes lá onde consegue destruir as culturas pré-existentes e substituí-las pela cultura européia: nas Américas, por exemplo. Devemos reconhecer objetivamente que a expansão da fé católica tem se baseado na alie-

nação cultural e tem promovido essa alienação.

“Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a tôda criatura” (4) dissera Jesus. Mas a Igreja ficou, durante tôda a Idade Média, sentada e bem instalada na Europa e no próximo oriente, e isso fêz com que se fixasse, se estratificasse, se mumificasse, em fórmulas gregas e latinas, uma verdade sem medida, dinâmica, multiforme, e que só se pode apreender em flagrantes, na realidade concreta, em movimento, na vida. As fórmulas aprisionaram a verdade em línguas e culturas mortas ou moribundas e cortaram-lhe as asas.

O humanismo do Renascimento deslocou a atenção dos estudiosos para o homem, para a natureza, para o concreto. As artes e as ciências tiveram um surto fabuloso. A Igreja, que se propusera uma missão profana ficou magoada, ressentida e, frequentemente, em posição de franca hostilidade diante do progresso autônomo do mundo moderno.

Em suma, a vontade expressa de Cristo, de instauração de um Reino religioso, espiritual, extraterreno, não foi cumprida, com tôdas as desvantagens daí decorrentes.

Uma mudança nesse estado de coisas seria grandemente vantajosa tanto para a Igreja como para os Estados. A Igreja se enquadraria, após séculos de vã tentativa de transformar a Cidade dos homens em Reino de Deus, na vontade expressa de Jesus Cristo de instauração de um Reino que não é dêste mundo. Reencontraria as suas raízes de universalidade, de catolicidade, não seria mais

da Itália, nem da França, nem do ocidente. Abrir-se-ia para ela a possibilidade de reunificação, acabando com as escandalosas divisões dentro do cristianismo. Não seria mais olhada como suporte de regimes políticos, nem de sistemas econômicos e sociais. Não seria mais responsabilizada por uma série de vigarismos cometidos em seu nome e, por que não dizer?, muitas vêzes com a sua chancela, pois não estaria mais comprometida com êsses vigarismos. Recentemente um documentário cinematográfico apresentava um nôvo clube do Rio (Tijuca Country Club, se não me engano) e os seus seletos sócios, como expoentes máximos da “civilização cristã” na Guanabara, e aparecia um padre muito bem tratado e bem nutrido benzendo aquelas sagradas instalações.

Os Estados, compenetrados do seu papel e da sua independência e autonomia, não teriam motivos para conflitos com uma Igreja, por sua vez compenetrada da sua missão sacral e religiosa e da sua autonomia e independência nesse terreno. Sem cairmos numa visão simplista e idílica, acreditando que nunca mais haveria questões entre a Igreja e a Cidade, podemos pelo menos olhar com otimismo a possibilidade de uma era com menos questões e sem falsos problemas, pelo fato de estarem delimitados e respeitados os campos de ação específicos da Igreja e da Cidade.

A Igreja cuidaria do govêrno e da direção religiosa dos seus fiéis, formaria seus padres, ensinaria a sua doutrina, administraria os sacramentos, celebraria a liturgia, pregaria a Boa Nova, santificaria os homens, etc., cumpriria, em suma, tôdas as suas obrigações e deveres na sua esfera própria, e o seu

direito, na sua esfera, não seria negado ou cerceado por nenhuma Cidade que se preze.

A Cidade, por sua vez, cuidaria do governo civil, da educação dos cidadãos, do progresso e expansão da cultura, da ciência, das artes, da saúde e bem-estar do povo, dos lazeres, da indústria, do comércio, dos transportes, da paz e da prosperidade dos homens. Desempenharia as suas funções e obrigações dentro da sua esfera própria, e o seu direito, na sua esfera, só poderia ser respeitado e acatado pela Igreja.

Quando falo de *mudança* para a Igreja, não me refiro evidentemente à mudança doutrinal nos pontos essenciais da Igreja e da religião cristã. Refiro-me à mudança de atitude da Igreja em relação aos problemas e questões profanas, mudança esta esboçada em profundidade pelo Papa João XXIII e que será certamente ampliada e continuada pelos seus sucessores. Os primeiros atos do novo Papa, dirigindo-se sem preconceitos nem distinções aos governos do ocidente e do oriente, capitalistas, socialistas, comunistas e neutros, nos levam a acreditar na consolidação e prosseguimento dessa atitude correta e apolítica. Refiro-me à mudança de uma atitude política tradicional, pró-mundo ocidental e que se diz cristão, atitude partidária e facciosa adotada, em maior ou menor grau, até bem pouco, pelas autoridades da Igreja, mudança, digo de uma atitude política para uma atitude apolítica e de cuidado específico com o religioso, sem indébita ingerência no profano, como convém à Igreja de Jesus Cristo, incarnação do Reino de Deus que não é dêste mundo, embora esteja neste mundo. (5 e 8).

O edito de Milão custou caro à Igreja e a sua revogação já tem tardado demais. A êle devemos a tumultuosa e, muitas vezes, pouco edificante e pouco religiosa história da Igreja. À medida que se embrenhava no escorregadio e ambíguo terreno da política, a Igreja perdia em universalidade e independência, em religiosidade e sacralidade. Daí os cismas, a desagregação da Igreja em mil seitas, a diminuição e perda da autoridade religiosa da Igreja, à medida que aumentava a sua autoridade e dominação políticas. Daí o espetáculo pouco convincente religiosamente do clero e mesmo do Papado na Idade Média e comêço do Renascimento. João XXIII poderá entrar para a história como o revogador, ou melhor, o denunciador do edito de Milão.

João XXIII, convocando o concílio ecumênico Vaticano II, quis mostrar que a missão da Igreja não é fazer política mas salvar os homens, ministrar a Salvação por Jesus Cristo, difundir o Reino de Deus que não é profano mas religioso, formar uma comunidade religiosa que é a antecipação da Celeste Jerusalém, comunidade que deve ser a *κοινωνία καὶ ἀγάπη* (comunidade e amor) do cristianismo primitivo e não a pseudo "civilização cristã" do Tijuca Country Club.

João XXIII abriu os braços da Igreja, já meio emperrados por uma multissecular tradição esclerosada, para tãda a humanidade, para cristãos e não cristãos. Fêz críticas mais do que contundentes à pseudo "ordem cristã" do ocidente e mostrou que da mesma maneira que a Igreja, depois de muitas restrições, aceitou a democracia burguesa, aceitou a república, aceitou enfim o

mundo saído da oficina do Renascimento, não levando mais em conta as suas origens anti-clericais e mesmo anti-cristãs, começa a aceitar o mundo socialista e comunista, a humanidade inteira afinal. Aceitar os povos e os regimes estabelecidos não significa aprovar tôdas as suas doutrinas. Se a Igreja conviveu, coexistiu, com os sistemas sociais, eco-

nômicos e políticos do escravismo, do feudalismo e do capitalismo, porque razão não poderá coexistir com o socialismo e mesmo com o comunismo? O exemplo da Polônia nos mostra que é possível essa coexistência. As atitudes do falecido Papa João XXIII nos dão essa esperança.

1) Crônica Internacional — Jornal do Commercio — Recife — 6 de junho de 1963.

2) João XXIII: Encíclica *Mater et Magistra* — Tradução publicada em suplemento d'*A Tribuna* — Recife — 26 de agosto de 1961.

3) João XXIII: Encíclica *Pacem in Terris* — Tradução da Editora Vozes — Petrópolis, 1963.

4) Cf. Mt 28, 18-20; Mc 16,15.

5) Jo 18, 36.

6) Cf. Mt 22, 18-22.

7) Leão XXIII: Encíclica *Immortale Dei* — Acta Sanctae Sedis 18 (1885), pgs. 166 e seguintes; Denzinger n.º 1866. Tradução minha: "Cada uma das duas é soberana no seu domínio". Texto completo: "Itaque Deus humani generis procurationem inter duas potestates partitus est, scilicet ecclesiasticam et civilem, alteram quidem divinis, alteram humanis rebus praepositam. Utraque est in suo genere maxima: habet utraque certos, quibus contineatur, terminos eosque sua cujusque natura causaque proxima definitos; unde aliquis velut orbis circumscribitur, in quo sua cujusque actio jure proprio versetur".

8) Cf. Jo 17, 11-16.

RESUMÉ

L'AUTEUR considère le pontificat de feu Jean XXIII comme l'esquisse et le début d'un changement radical de la façon traditionnelle dont l'Église conduit ses relations avec le monde, avec la politique et les choses profanes. Il montre comment certains milieux se sont insurgés contre ce changement et identifie ces secteurs comme ceux qui désirent que l'Église ait toujours des attitudes politiques, factieuses, tendancieuses que favorisaient beaucoup le monde capitaliste et certains partis politiques, comme la *Democrazia Cristiana* en Italie. Il analyse rapidement les encycliques principales de Jean XXIII en montrant comment elles gardent la ligne traditionnelle: identifiée avec le néo-capitalisme, mais en même temps leur progrès comme la sympathie envers le phénomène de la socialisation et la reconnaissance de la légitimité et de l'utilité d'un rapprochement entre chrétiens et mouvements politiques de gauche. Il montre com-

ment la convocation du concile oecuménique est le signe que l'Église veut traiter sérieusement des questions et des problèmes d'ordre religieux, en quittant le terrain ambigu de la politique qui n'est pas le sien. Il considère comme un événement positif pour la paix et la fraternité entre les peuples le rapprochement entre le Saint Siège et gouvernements communistes comme ceux de l'Union Soviétique, de la Pologne et de la Hongrie. La mission de l'Église c'est de dialoguer avec tous les peuples, de sanctifier tous les hommes. L'auteur rappelle comment l'histoire de l'Église a été bouleversée par l'ingérence dans le domaine politique. Il montre, appuyé sur l'autorité du Nouveau Testament et de documents ecclésiastiques, comment il doit y avoir une distinction entre le sacré, le religieux et le domaine du profane. Il montre pour l'État le maintien de cette distinction qui vient comment serait avantageux soit pour l'Église soit du Christ lui-même.

ABSTRACT

THE AUTHOR regards late Pope John XXIII's pontificate as an outline and beginning of a radical change in the Church's traditional ways of conducting its relations to political and worldly affairs. He points at the resistance aroused against this change and identifies it with the pressure put by those who are always willing to have the Church

all for a political and partisan attitude which particularly favors the cause of Capitalism and of some great parties like *Democrazia Cristiana* in Italy. He analyses the chief among Pope John's Encyclicals showing how they preserve what he calls the traditional line, that is, a policy easily identifiable with neo-capitalism, while at the same

time they present clear signs of a more progressive attitude, as for instance, a definite sympathy towards the phenomenon of socialization and the acknowledgment of the legitimacy and usefulness of an approximation between Christians and the so-called left-wing political movements. According to the author's views the Ecumenical Council is a sign that the Church is willing to consider seriously such problems as those of a religious nature while at the same time leaving the rather ambiguous terrain of political problems aside since they seem to fall outside of Christianity's main concern. He considers it good news the recent move towards a better understanding between the Holy See and such communist countries as the Soviet Union, Poland and Hungary, something that can only con-

tribute to the cause of peace and fraternity among all peoples of the world. It is the Church's office to dialogue with all peoples, to sanctify all men on earth. To that effect the author calls the reader's attention to the way the Church's history has been troubled by its undue interference in the political domain. He manages to show, basing himself on the New Testament and on a number of ecclesiastical documents, how a distinction should be clearly drawn between the sacred or religious and the profane. It is easily seen, how advantageous it would be both for the Church and for the State the keeping of this distinction which, after all, stems from Christ's teachings themselves.

